



'Foca na pauta'

Transexual supera prostituição e preconceito para defender direitos LGBT

Nome social e ambulatorios para transexuais são algumas das conquistas na luta pela garantia de direitos. Santos, no litoral paulista, é uma das cidade à frente nessa questão.

HÁ 2 DIAS · EM EDUCAÇÃO

Transexual supera prostituição e preconceito para defender direitos LGBT: 'Rua deve ser opção'

Nome social e ambulatorios para transexuais são algumas das conquistas na luta pela garantia de direitos. Santos, no litoral paulista, é uma das cidade à frente nessa questão.



Por Ana Claudia Gomes e Lucas Tavares (*)
09/06/2018 07h45 - Atualizado 09/06/2018 07h47

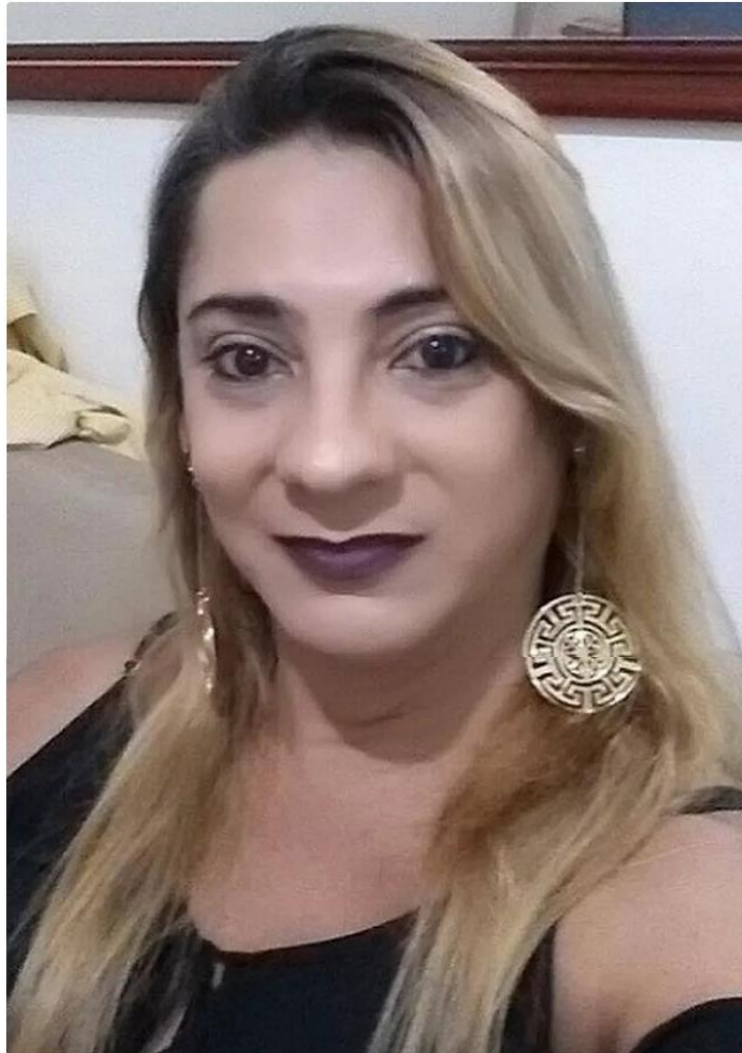


Conheça a história da transformista Thays Villar

Brasil lidera o ranking de assassinatos de pessoas trans, de acordo com pesquisa da ONG Transgender Europe, realizada em 65 países. O preconceito e a estigmatização dessas pessoas são as principais causas das mortes. No mundo, pelo menos 90% dessa população, segundo a ONG, é formada por pessoas que precisam se prostituir para conseguir ter, ao menos, algo para comer. A coordenadora da Comissão da Diversidade de Santos, no litoral de São Paulo, Taiane Miyake, sabe bem o que é a transfobia e suas consequências.

Expulsa de casa e sem emprego - seu pai fez escândalo onde ela trabalhava, em um escritório de Departamento Pessoal - Miyake não conseguiu se manter com shows de transformismo em boates, no Sul do país, e recorreu à prostituição por, mais ou menos, seis meses.

Hoje, ela atua na defesa dos direitos dos transexuais e travestis, além de ajudar essas pessoas a não serem marginalizadas. “A maioria tem uma história igual à minha. Também foram colocadas para fora de casa. A rua tem que ser uma opção, não uma imposição”.



Taiane Miyake luta pelos direitos dos transexuais em Santos, SP (Foto: Divulgação)

A instituição da Lei Municipal do Nome Social em Santos contou com a participação ativa de Taiane. Ela reconhece que esse direito, que ela obteve em maio de 2017, foi sua maior conquista. Assim como Santos, muitas cidades possuem leis que garantem esse recurso e o reconhecimento da identidade de gênero.

A advogada Rosângela da Silveira Toledo Novaes confirma que, no que diz respeito à área jurídica, o maior direito conquistado pelos trans foi o nome social. E para isso, não é preciso fazer cirurgia. O nome civil pode ser retificado apenas com um laudo psicológico, que ateste a transexualidade ou a travestilidade. “Há, ainda, uma lei estadual em São Paulo que combate a LGBTfobia, punindo condutas discriminatórias em razão da identidade de gênero ou orientação sexual”, explica Rosângela.

Para a professora e psicóloga Eliana Muira Zucchi, ser chamado pelo nome social não é apenas um privilégio, mas uma forma de respeito. “É um desrespeito muito grande ser chamado pelo nome civil em um centro de saúde, ou em uma sala de aula. Precisamos proteger esse direito”.



Conheça a história de Thomaz Oliveira, homem trans

Batalha dentro de casa

Durante anos, esse e outros direitos foram negados a Taiane Miyake. Em uma mala grande de viagem, trancada a sete chaves, estava escondida sua verdadeira identidade. Ao abrir o cadeado, ela podia ser quem realmente era, com seus vestidos, saltos altos, acessórios e maquiagens.

Aos 11 anos, foi obrigada a esconder sua sexualidade por conta do pai, que julgava algumas de suas atitudes como “coisas de menina”. Assim, usava a criatividade para transformar seus brinquedos em bonecas.

Quando seus pais se separaram, o juiz determinou que ela ficasse com o pai. De acordo com Taiane, foi aí que começou uma “guerra”, por ter que seguir as regras de quem não aceitava sua condição. “A primeira coisa que meu pai fez foi cortar meu cabelo. Me senti violentada, como se estivesse me matando. Para mim, foi o fim”.

Ao descobrir a bolsa onde guardava suas coisas para as apresentações nas boates, o pai de Taiane achou que ela se prostituía, e exigiu que parasse. Ela não aceitou e acabou expulsa de casa apenas com a roupa do corpo. “Não levei nada, foi na hora. Nem a minha bolsa. Eu dormi dois dias na rua, porque fiquei com vergonha de falar para a minha mãe, que já sabia que isso ia acontecer”.

Avanços na saúde

Além da área jurídica, a da saúde também avançou. Onze cidades brasileiras possuem ambulatórios especiais para atender a população trans. Apesar disso, somente quatro realizam a cirurgia de redesignação sexual pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que acontece uma vez por mês. Em Santos, um ambulatório de saúde integral para transexuais e travestis funciona no Hospital Guilherme Álvaro. O problema é que, hoje, a fila de espera para ser operado é demorada, devido à alta procura.

**Sob supervisão de Ivair Vieira Jr, do G1 Santos*

MARCAS DO PRECONCEITO

A TRANSFOBIA AINDA CAUSA MUITAS MORTES NO BRASIL

ESTIMA-SE QUE
NO PAÍS HÁ,
PELO MENOS, **752 MIL**
TRANSEXUAIS

ELES SÃO APROXIMADAMENTE 3,62%
DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

AQUI ELES VIVEM,
EM MÉDIA, APENAS **35 ANOS**

SOMENTE ENTRE
JANEIRO E MAIO DE **117** DE MULHERES E
2017, FORAM **ASSASSINATOS** HOMENS TRANS E
TRAVESTIS

79% → **90%**
DAS PESSOAS TRANS ASSASSINADAS SÃO
PROSTITUTAS DESSA POPULAÇÃO RECORREM
AO MERCADO DO SEXO EM
ALGUM PERÍODO DA VIDA

10 LUGAR NO
RANKING ANUAL
QUE CONTABILIZA
A TRANSFOBIA
NO MUNDO

ENTRE 2008 E 2016 FORAM
2.264
ASSASSINATOS DE PESSOAS TRANS NO MUNDO
39,7% CORRESPONDEM AO
BRASIL

* Fontes: Transgender Europe e Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)

• Marcas do preconceito (Foto: Infográfico produzido por alunos do curso de Jornalismo da UniSantos)